

**RELAÇÃO ORIENTADOR–ORIENTANDO NA PÓS-GRADUAÇÃO:
IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL**

**ADVISOR–ADVISEE RELATIONSHIP IN GRADUATE EDUCATION:
IMPLICATIONS FOR MENTAL HEALTH**

Lúcia Maria de Oliveira Santos

Doutoranda em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
Brasil

Psicóloga da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

E-mail: lucia.santos.031@ufrn.edu.br

Bruna Ribeiro da Silva

Psicóloga, integrante da base de pesquisa: Grupo de Estudos Psicologia e Saúde
(GEPS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

E-mail: bruna.ribeiro20012@gmail.com

Bruno Araújo da Silva Dantas

Doutor em Ciências da Saúde

Professor da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA/UFRN), Brasil

bruno.dantas@ufrn.br

Eulália Maria Chaves Maia

Doutora em Psicologia

Professora dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Ciências da Saúde
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

E-mail: eulalia.maia@yahoo.com.br

Resumo

A pós-graduação constitui uma etapa central da trajetória acadêmica, caracterizada por altas demandas e crescente preocupação com a saúde mental dos estudantes. Este estudo teve como objetivo analisar a associação entre a qualidade da relação orientador–orientando e indicadores de saúde mental em estudantes de pós-graduação stricto sensu. Trata-se de um estudo quantitativo, analítico e transversal, realizado em duas universidades públicas brasileiras, com amostra de 588 estudantes de mestrado e doutorado. Os dados foram coletados por meio de um Questionário Sociodemográfico Estruturado e analisados por estatísticas descritivas e inferenciais. Os resultados indicaram que 51,4% dos participantes realizavam algum tipo de tratamento em saúde mental, predominantemente psicológico e/ou psiquiátrico, e 31,1% relataram uso de medicação psicotrópica. Embora a maioria tenha avaliado a relação com o orientador como boa ou ótima, estudantes que relataram relações problemáticas apresentaram maior prevalência de tratamento em saúde mental, com associação estatisticamente significativa e aproximadamente três vezes mais chances de estar em tratamento. Os achados evidenciam empiricamente a relevância da relação orientador–orientando como um determinante psicossocial da saúde mental na pós-graduação, contribuindo para o debate internacional sobre supervisão acadêmica e subsidiando políticas institucionais voltadas à promoção do bem-estar e à qualificação das práticas de orientação.

Palavras-chave: Supervisão acadêmica; Saúde mental; Pós-graduação; Estudantes de doutorado e mestrado; Relação orientador-orientando.

Abstract

Graduate education represents a central stage in the academic trajectory and has been increasingly characterized by high demands and growing concerns regarding students' mental health. This study aimed to examine the association between the quality of the advisor-advisee relationship and mental health indicators among graduate students enrolled in *stricto sensu* programs. A quantitative, analytical, cross-sectional study was conducted at two Brazilian public universities, comprising a sample of 588 master's and doctoral students. Data were collected through a structured sociodemographic questionnaire and analyzed using descriptive and inferential statistical procedures. The results showed that 51.4% of participants reported receiving some form of mental health treatment, predominantly psychological and/or psychiatric care, and 31.1% reported the use of psychotropic medication. Although most students evaluated their relationship with their advisor as good or excellent, those who reported problematic supervisory relationships exhibited a significantly higher prevalence of mental health treatment, with approximately threefold higher odds of being in treatment. These findings provide empirical evidence of the advisor-advisee relationship as a key psychosocial determinant of mental health in graduate education. The study contributes to the international literature on academic supervision and offers relevant implications for institutional policies aimed at promoting student well-being and improving supervisory practices.

Keywords: Academic supervision; Mental health; Graduate education; Master's and doctoral students; Advisor-advisee relationship.

1. Introdução

A pós-graduação desempenha papel estratégico na formação de pesquisadores e na produção de conhecimento científico, tecnológico e socialmente relevante, constituindo eixo central do desenvolvimento econômico, político e social. Nesse contexto, a evasão ou não conclusão dos estudos representa um desafio com potenciais impactos para o sistema de ensino superior, para as economias locais e nacionais e para os próprios estudantes (ABEL; DEITZ, 2011). No contexto brasileiro, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes diante da rápida expansão da pós-graduação nas últimas décadas (DE OLIVEIRA CABRAL *et al.*, 2020).

Paralelamente a esse crescimento, a literatura tem documentado de forma consistente a presença de problemas de saúde mental entre estudantes de pós-graduação (EVANS *et al.*, 2018; HAZELL *et al.*, 2020). Segundo Woolston (2021), nunca foi tão preocupante a saúde mental dos pós-graduandos. Em países como os Estados Unidos, as universidades têm sido desafiadas a investir recursos específicos para o cuidado psicológico dessa população, reconhecendo que muitos estudantes enfrentam pressões singulares ao conciliar atividades acadêmicas intensas com trabalho remunerado e obrigações familiares durante a construção de uma carreira científica.

No contexto brasileiro, observa-se um movimento semelhante de interesse acadêmico em relação à saúde mental dos pós-graduandos. Estudos nacionais apontam níveis elevados de sofrimento psíquico, cujos achados convergem com aqueles identificados na literatura internacional (COSTA; NEBEL, 2018; FARO, 2013; GALDINO *et al.*, 2016; PINZÓN *et al.*, 2020). Esses resultados evidenciam que o sofrimento mental na pós-graduação não se restringe a contextos específicos, mas constitui um fenômeno mais amplo, associado às condições

estruturais e relacionais da formação *stricto sensu*.

Diante desse cenário, a literatura tem buscado identificar fatores específicos que contribuem para o sofrimento psíquico ao longo do percurso acadêmico. Entre esses fatores, destaca-se a relação orientador-orientando, uma vez que os orientadores exercem influência significativa tanto na trajetória profissional quanto na experiência pessoal dos estudantes de pós-graduação. A qualidade dessa relação tem sido reconhecida como uma das variáveis mais relevantes para a conclusão bem-sucedida dos cursos de mestrado e doutorado (ROACH *et al.*, 2019).

Neste estudo, a qualidade da relação orientador-orientando é compreendida como um constructo relacional de natureza multidimensional, conforme proposto no campo de estudos sobre supervisão acadêmica e formação de pesquisadores. Diferentes autores apontam que essa relação envolve, de forma interdependente, dimensões técnicas, emocionais e institucionais (LEE, 2008; PEARSON; BREW, 2002). A dimensão técnica refere-se ao acompanhamento do trabalho científico, à orientação metodológica e à oferta de *feedback* acadêmico; a dimensão emocional ou relacional diz respeito à comunicação, à acessibilidade, à confiança e ao apoio percebido; enquanto a dimensão institucional envolve a mediação de normas, expectativas e exigências próprias dos programas de pós-graduação (LEE, 2008; PYHÄLTÖ *et al.*, 2012).

Evidências empíricas indicam que a forma como essas dimensões são vivenciadas pelos estudantes está associada a desfechos acadêmicos e psicossociais relevantes, incluindo bem-estar, satisfação com a formação e permanência na pós-graduação (BRACHT *et al.*, 2016; DE VALERO, 2001; GOLDE, 2000). Nessa perspectiva, a qualidade da relação de orientação não corresponde a um julgamento normativo da atuação docente, mas à avaliação percebida da experiência relacional no contexto formativo, reconhecendo a complexidade e a diversidade das práticas de supervisão acadêmica.

Embora muitos pós-graduandos relatem relações saudáveis e produtivas com seus orientadores, parte dos estudantes descreve experiências marcadas por dificuldades e conflitos. Docentes que não oferecem apoio adequado, adotam posturas hostis ou se mostram verbalmente agressivos podem contribuir para prejuízos relevantes à saúde mental dos alunos e, potencialmente, para o aumento dos índices de evasão na pós-graduação (MARTIN *et al.*, 2015; PARK *et al.*, 2021).

Apesar dos avanços da produção científica nacional e internacional na identificação de uma crise de saúde mental na pós-graduação e de seus principais fatores desencadeadores (COSTA; NEBEL, 2018; EVANS *et al.*, 2018; FARO, 2013; GALDINO *et al.*, 2016; HAZELL *et al.*, 2020; PINZÓN *et al.*, 2020), observa-se uma lacuna persistente, sobretudo no contexto brasileiro, quanto à investigação da relação orientador-orientando e de suas implicações para a saúde mental dos estudantes. Adicionalmente, os estudos, têm privilegiado abordagens qualitativas ou descritivas, essenciais para captar a complexidade do fenômeno. No entanto, essas abordagens mostram-se insuficientes para gerar evidências quantitativas e analíticas que permitam identificar padrões, estimar associações e mapear fatores de risco e de vulnerabilidade psicossocial em amostras amplas, o

que limita o uso desses achados na formulação de políticas institucionais.

A contribuição original do presente estudo reside, justamente, na análise quantitativa da associação entre a qualidade da relação orientador-orientando e indicadores de saúde mental, incluindo a realização de tratamento psicológico e/ou psiquiátrico, em uma amostra expressiva de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* de duas universidades públicas brasileiras.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar a associação entre a qualidade da relação orientador-orientando e indicadores de saúde mental em estudantes de pós-graduação *stricto sensu*. Busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: existe associação entre a relação orientador-orientando e a saúde mental dos estudantes de pós-graduação?

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, analítica e transversal, realizada em duas universidades públicas brasileiras, localizadas nas regiões Nordeste e Sul do país, envolvendo programas de pós-graduação *stricto sensu* de diferentes áreas do conhecimento. A amostra foi obtida por meio de amostragem estratificada simples, com base em dados da Plataforma Sucupira, sendo o cálculo amostral realizado pela equipe do Laboratório de Estatística Aplicada (LEA/UFRN).

A população do estudo foi composta por 588 estudantes de pós-graduação *stricto sensu*, regularmente matriculados em cursos de mestrado ou doutorado acadêmicos nas universidades participantes, pertencentes a distintas áreas do conhecimento e que concordaram em participar da pesquisa. Foram incluídos estudantes com idade igual ou superior a 18 anos, matriculados nos programas sorteados. Foram excluídos estudantes residentes fora do Brasil, matriculados em cursos de pós-graduação *lato sensu* ou profissionais, bem como aqueles em situação de licença, afastamento ou trancamento no período da coleta de dados.

O instrumento utilizado foi um Questionário Sociodemográfico Estruturado, elaborado pelos pesquisadores, composto por 26 questões destinadas à caracterização sociodemográfica, acadêmica e a aspectos relacionados à saúde mental. As informações foram obtidas por meio de autorrelato, estratégia amplamente utilizada em estudos epidemiológicos e educacionais. Reconhece-se que esse tipo de medida pode estar sujeito a vieses de memória, desejabilidade social e percepção subjetiva, os quais foram considerados na interpretação dos resultados e mencionados nas limitações deste estudo (PODSAKOFF *et al.*, 2003).

Entre as variáveis investigadas, destaca-se a “qualidade da relação orientador-orientando”, foco central das análises do presente estudo. Ela foi operacionalizada a partir da percepção subjetiva dos estudantes, mensurada por meio de uma questão de autorrelato com categorias ordinais de resposta. Os participantes foram convidados a avaliar sua relação com o orientador(a) selecionando uma das seguintes opções: ótima, boa, ruim, péssima ou desejo de trocar de orientador.

Para fins de análise inferencial, essas categorias foram posteriormente agregadas em dois blocos analíticos: relação positiva (ótima e boa) e relação problemática (ruim, péssima ou desejo de trocar de orientador). Essa estratégia de categorização foi adotada com o objetivo de aumentar a estabilidade estatística

das análises, diante da distribuição das frequências observadas, bem como de preservar a coerência conceitual entre as categorias, distinguindo percepções predominantemente satisfatórias daquelas indicativas de conflito, insatisfação ou ruptura potencial na relação de orientação.

A coleta de dados foi realizada de forma *on-line* e presencial de outubro de 2024 a junho de 2025. As análises estatísticas incluíram estatísticas descritivas, com cálculo de frequências absolutas e relativas. Para a análise das associações entre variáveis categóricas, optou-se pelo Teste Exato de Fisher, visando assegurar maior rigor estatístico e homogeneidade metodológica nas comparações. Essa decisão se justifica pela presença de categorias com baixas frequências em determinados cruzamentos, especialmente na categoria “ruim/péssima/desejo de trocar de orientador”. As análises foram realizadas no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20 para *Windows*, adotando-se nível de significância de 5%.

O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa das instituições participantes, sob os pareceres nº 6.818.265 e nº 6.755.638, atendendo aos preceitos éticos estabelecidos para pesquisas envolvendo seres humanos.

3. Resultados e Discussão

A amostra final foi composta por 588 estudantes de pós-graduação *stricto sensu*. De modo geral, observou-se predominância de mulheres, participantes com idade entre 20 e 39 anos, solteiros, sem filhos e autodeclarados brancos. A maior parte declarou-se heterossexual, relatou possuir alguma religião e apresentou renda familiar concentrada entre 1 e 6 salários mínimos. As características sociodemográficas detalhadas estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica da amostra (N = 588)

Variável	Categoria	n	%
Gênero	Masculino	214	36,4
	Feminino	366	62,2
	Outro	7	1,2
Faixa etária	20–29 anos	262	44,6
	30–39 anos	175	29,8
	40–49 anos	79	13,4
	50 anos ou mais	30	5,1
Orientação sexual	Heterossexual	422	71,8
	Homossexual	54	9,2
	Bissexual	78	13,3
	LGBTQIAP+	24	4,1
	Outro	5	0,9
Estado civil	Solteiro(a)	349	59,4
	Casado(a)	144	24,5
	União estável	70	11,9
	Outro	25	4,3
Raça/cor	Branco	401	68,2
	Pardo	145	24,7
	Preto	33	5,6
	Amarelo/Indígena	5	0,9
	Outro	1	0,2
Religião (sim/não)	Sim	333	56,6
	Não	254	43,2
Renda familiar	Menos de 1 SM	13	2,2
	De 1 a 3 SM	227	38,6
	De 4 a 6 SM	178	30,3
	De 7 a 9 SM	72	12,2
	De 10 a 12 SM	47	8,0
	Acima de 12 SM	50	8,5

Nota: SM = salário mínimo vigente no período da coleta de dados: ano 2025. Percentuais calculados com base no total de respondentes por variável. Diferenças nos totais decorrem de respostas ausentes ou não declaradas.

No que se refere às características acadêmicas, a amostra foi composta principalmente por estudantes de mestrado, com distribuição equilibrada entre os dois primeiros anos do curso. Observou-se maior participação de estudantes vinculados a instituições da região Sul em comparação à região Nordeste, com maior concentração nas áreas de Ciências Exatas, da Terra e Tecnologia e Ciências Humanas, Educação e Música. Aproximadamente metade dos participantes possuía bolsa de estudos, e uma parcela expressiva conciliava a pós-graduação com trabalho remunerado. Em relação ao apoio social, a maioria dos estudantes avaliou de forma positiva o apoio recebido da família e/ou amigos, bem como o apoio do orientador durante o mestrado ou doutorado, ainda que uma

proporção relevante tenha relatado apoio regular ou inexistente por parte do orientador. As distribuições completas encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Características acadêmicas da amostra (N = 588)

Variável	Categoria	n	%
Curso	Mestrado	326	55,4
	Doutorado	261	44,4
Universidade	UFPR	388	66,0
	UFRN	200	34,0
Área do conhecimento	Ciências da Saúde	73	12,4
	Ciências Humanas, Educação e Música	158	26,9
	Ciências Exatas, da Terra e Tecnologia	167	28,4
	Ciências Biológicas, Agrárias e Veterinária	102	17,3
	Ciências Sociais, Jurídicas, Design e Comunicação	88	15,0
Período do curso	1º ano	280	47,6
	2º ano	172	29,3
	3º ano	54	9,2
	Menos de 6 meses para defesa	82	13,9
Bolsista	Sim	283	48,1
	Não	305	51,9
Trabalho	Sim	279	47,4
	Não	261	44,4
	Autônomo(a)	48	8,2
Apoio família/amigos	Ótimo	257	43,7
	Bom	202	34,4
	Regular	102	17,3
	Não recebe apoio	27	4,6
Apoio do orientador	Ótimo	265	45,1
	Bom	203	34,5
	Regular	86	14,6
	Não recebe apoio	33	5,6

Nota: N = 588. Frequências absolutas (n) e relativas (%). Percentuais calculados sobre o total de participantes. Eventuais discrepâncias na soma dos percentuais decorrem de arredondamentos. Dados provenientes de questionário sociodemográfico de autorrelato.

No que se refere à saúde mental, pouco mais da metade dos participantes relatou estar realizando algum tipo de tratamento no momento da pesquisa, predominantemente acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico. Além disso, cerca de um terço informou fazer uso de medicação para saúde mental, sendo que parte daqueles que não utilizavam no momento já havia feito uso anteriormente. Aproximadamente um terço dos estudantes relatou possuir diagnóstico de transtorno mental, com maior frequência de transtornos de ansiedade e de humor. Esses resultados estão apresentados de forma detalhada na Tabela 3.

Tabela 3 – Tratamento, uso de medicação e diagnóstico em saúde mental (N = 588)

Variável	Categoria	n	%
Realiza tratamento em saúde mental	Sim	302	51,4
	Não	286	48,6
Tipo de tratamento	Nenhum	283	48,1
	Psicológico e/ou Psiquiátrico	290	49,3
	Outro	14	2,4
Uso de medicação	Sim	183	31,1
	Não	403	68,5
Já utilizou medicação	Sim	119	20,2
	Não	256	43,5
Início do tratamento	Não se aplica	195	33,2
	Antes da pós-graduação	216	36,7
	Depois da pós-graduação	109	18,5
	Não se aplica	259	44,0
Diagnóstico de transtorno mental	Sim	184	31,3
	Não	403	68,5
Tipo de diagnóstico	Não tenho	403	68,5
	Transtornos de Ansiedade	60	10,2
	Transtornos de Humor	50	8,5
	Transtornos do Neurodesenvolvimento	32	5,4
	Quadros psiquiátricos comórbidos	32	5,4
	Outros	9	1,5

Nota: N= 588. Valores apresentados em frequência absoluta (n) e relativa (%). As porcentagens foram calculadas em relação ao total de participantes da amostra. Eventuais diferenças nas somas percentuais devem-se a arredondamentos.

Quanto à relação com o orientador, variável central deste estudo, a maioria dos participantes avaliou essa relação de forma positiva. Entretanto, uma parcela menor relatou relação ruim, péssima ou expressou desejo de trocar de orientador. A análise inferencial revelou uma associação estatisticamente significativa entre a qualidade da relação orientador-orientando e a realização de tratamento em saúde mental ($p = 0,001$). Enquanto entre os estudantes com avaliação positiva da relação observou-se distribuição equilibrada entre aqueles que realizavam e os que não realizavam tratamento, entre aqueles que relataram relação problemática, mais de três quartos estavam em tratamento em saúde mental. A razão de chances indicou que estudantes com relação problemática com o orientador apresentaram aproximadamente três vezes mais chances de estar em tratamento quando comparados àqueles com relação avaliada como boa ou ótima ($OR = 3,23$; $IC95\%: 1,51-7,52$). Esses resultados estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Qualidade da relação com o orientador e associação com tratamento em saúde mental

Qualidade da relação com o orientador	%
Ótima	52,0
Boa	40,5
Ruim	5,4
Péssima	1,4
Desejo de trocar de orientador	0,7
Total	100,0

Associação entre qualidade da relação com o orientador e realização de tratamento em saúde mental

Qualidade da relação com o orientador	Em tratamento (%)	Sem tratamento (%)
Ótima ou boa	49,7	50,3
Ruim, péssima ou desejo de trocar	76,2	23,8

Nota. Valores expressos em porcentagem. Relação problemática inclui as categorias ruim, péssima e desejo de trocar de orientador. Teste Exato de Fisher: $p = 0,001$. Razão de chances (OR = 3,23; IC95%: 1,51–7,52).

Relação de orientação e saúde mental

Os resultados indicam que, para a maioria dos estudantes de pós-graduação *stricto sensu*, a relação orientador-orientando é avaliada de forma positiva, com predominância das classificações ótima ou boa. Esse achado sugere que, em grande parte dos casos, a orientação acadêmica tem sido percebida como capaz de cumprir seu papel formativo e relacional, funcionando como importante fonte de suporte intelectual, emocional e institucional ao longo da pós-graduação.

Essa percepção encontra respaldo no debate acadêmico que compreende a relação de orientação como um processo dinâmico, marcado pelo equilíbrio entre direção e autonomia. Bastalich (2017) descreve a supervisão como uma transição progressiva da dependência relativa para a autonomia competente, enfatizando que a atuação do orientador extrapola a supervisão técnica e envolve ajustar o nível de intervenção às necessidades do estudante ao longo do percurso formativo (BASTALICH, 2017; UNDA *et al.*, 2020).

Nesse sentido, a autonomia emerge como elemento central para experiências acadêmicas mais saudáveis. Evidências indicam que a possibilidade de moldar o próprio projeto de pesquisa, ampliar a tomada de decisões e reduzir o controle excessivo por parte do orientador associa-se a maior senso de competência, motivação e melhor saúde mental (KHOSA *et al.*, 2023; WOLLAST *et al.*, 2023). Orientadores percebidos como acessíveis, menos hierárquicos e abertos ao diálogo tendem, assim, a ser reconhecidos como fontes confiáveis de apoio, favorecendo relações mais colaborativas (POSSELT, 2018).

A qualidade da comunicação constitui outro eixo estruturante dessa relação. Estudos conduzidos em diferentes contextos institucionais demonstram que clareza, regularidade, eficácia e oportunidade na comunicação impactam diretamente a autonomia, a competência percebida, a motivação e o bem-estar dos pós-graduandos (BRACHT *et al.*, 2016; KHOSA *et al.*, 2023; ROACH *et al.*, 2019; UNDA *et al.*, 2020). Aspectos como grau de formalidade, frequência de encontros e modalidades de supervisão também influenciam significativamente a experiência relacional, sendo contextos mais dialógicos associados a maior confiança e bem-

estar, enquanto relações excessivamente autoritárias tendem a favorecer ansiedade e evitação de interações (KHOSA *et al.*, 2023). A supervisão compartilhada, embora apresente desafios, tem sido reconhecida como boa prática e associada a menor risco de *burnout* (CORNÉR *et al.*, 2017; ROBERTSON, 2017).

O *feedback*, por sua vez, exerce papel ambivalente. Quando percebido como excessivamente duro, descontextualizado ou desqualificador, pode impactar negativamente a motivação e o bem-estar dos estudantes (KHOSA *et al.*, 2023). Em contrapartida, *feedbacks* construtivos e oportunos tendem a fortalecer a autonomia e a competência acadêmica (UNDA *et al.*, 2020). A ausência de *feedback* também foi apontada como fonte de insatisfação e estresse, reforçando a centralidade da qualidade e do *timing* das interações (CESAR *et al.*, 2021).

Os achados deste estudo corroboram essas evidências ao demonstrarem associação estatisticamente significativa entre a qualidade da relação orientador-orientando e a realização de tratamento em saúde mental. Estudantes que avaliaram essa relação como ruim, péssima ou expressaram desejo de troca apresentaram aproximadamente três vezes mais chances de estar em acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, quando comparados àqueles que relataram relações boas ou ótimas. Embora não seja possível inferir causalidade, esse resultado sugere que relações fragilizadas de orientação constituem importante marcador de vulnerabilidade psicossocial no contexto da pós-graduação.

A literatura reforça essa interpretação ao indicar que, embora a maioria dos estudantes se sinta apoiada por seus orientadores, um subgrupo significativo identifica essa relação como uma das principais fontes de estresse acadêmico, associando-se a piores indicadores de qualidade de vida, maior exaustão emocional e maior intenção de evasão (CESAR *et al.*, 2021; CORNÉR *et al.*, 2017; HUNTER; DEVINE, 2016; PARK *et al.*, 2021; UNDA *et al.*, 2020). De forma convergente, níveis elevados de estresse, ansiedade, depressão e *burnout* têm sido associados a fatores emocionais e relacionais que comprometem o progresso acadêmico (MARAIS *et al.*, 2018; SHANACHILUBWA *et al.*, 2023; WOLLAST *et al.*, 2023).

Além disso, fenômenos como *burnout*, *bullying* acadêmico e práticas supervisoras antiéticas configuram fatores relevantes de risco à saúde mental dos pós-graduandos. O *bullying* acadêmico, caracterizado por menosprezo, exclusão, punição ou abuso de poder, associa-se à desmotivação, ao sofrimento psicológico e ao afastamento da carreira acadêmica (MARTIN *et al.*, 2015; YAMADA *et al.*, 2014). De modo semelhante, lidar com supervisores percebidos como antiéticos pode gerar consequências particularmente graves, dada a assimetria de poder envolvida, sendo a ética reconhecida como atributo central da supervisão acadêmica (ROACH *et al.*, 2019).

Diante desse cenário, estudos recentes têm ressaltado a importância de promover diálogos mais abertos e específicos entre orientadores e orientandos acerca das dificuldades vivenciadas ao longo da formação. Embora essas conversas sejam frequentemente delicadas, sobretudo em contextos institucionais nos quais discussões emocionais tendem a ser evitadas, a ausência de espaços

formais de diálogo contribui para a invisibilização de tensões e fragilidades, ampliando o risco de sofrimento psíquico (SHANACHILUBWA *et al.*, 2023).

À luz desses achados, torna-se necessário ampliar a compreensão da saúde mental na pós-graduação para além da relação individual de orientação. Pyhältö *et al.* (2012) destacam que o doutorado se desenvolve em comunidades acadêmicas de aprendizagem, nas quais a qualidade do ambiente institucional, das interações entre pares e das oportunidades de participação e reconhecimento exerce papel decisivo no bem-estar e na permanência dos estudantes. Assim, embora a relação orientador-orientando permaneça um eixo central da formação, seus efeitos são mediados pela existência, ou ausência, de redes de apoio acadêmico e social mais amplas.

Apoio social e redes de proteção

Os resultados evidenciaram fragilidades relevantes no apoio percebido pelos estudantes, tanto no que se refere ao suporte proveniente do orientador durante o mestrado ou doutorado quanto ao apoio social advindo da família e/ou de amigos. Uma parcela expressiva dos participantes avaliou esse suporte como regular ou inexistente, indicando vulnerabilidades relacionais simultâneas nos contextos acadêmico e extra-acadêmico. A insuficiência de apoio social tende a restringir o compartilhamento das dificuldades vivenciadas e a intensificar a sobrecarga emocional, sobretudo quando associada a exigências acadêmicas elevadas e a ambientes institucionais percebidos como pouco acolhedores.

Esses achados dialogam com estudos que reconhecem o apoio social como importante fator protetivo frente ao estresse, atuando como mecanismo de amortecimento (“*buffer*”) capaz de reduzir o impacto negativo de eventos estressores sobre a saúde mental (KAUFMAN *et al.*, 2006; RODRIGUEZ; COHEN, 1998). No contexto da pós-graduação, marcado por altas demandas cognitivas, emocionais e institucionais, a disponibilidade de redes de apoio consistentes exerce papel central na prevenção do adoecimento psíquico e na promoção do bem-estar.

Evidências empíricas reforçam essa compreensão ao indicar que estudantes que percebem maior apoio de diferentes fontes, como coorientadores, colegas de pós-graduação e membros do grupo de pesquisa, relatam maior satisfação com a supervisão, bem como maior percepção de aceitação, valorização e tratamento equitativo no ambiente acadêmico (CORNÉR *et al.*, 2017). De forma convergente, Park *et al.* (2021) demonstraram que a diminuição do apoio comunitário no âmbito dos programas de pós-graduação prediz significativamente a probabilidade de esgotamento entre estudantes, contribuindo para caracterizar a pós-graduação como um percurso frequentemente vivenciado de forma solitária.

Nesse sentido, a interação com pares e a construção de vínculos de colegialidade emergem como fatores relevantes de proteção. Estudos indicam que reunir-se com colegas, trocar experiências e sentir-se integrado à comunidade acadêmica associa-se à redução da solidão e da intenção de evasão, favorecendo a permanência dos estudantes e mitigando os efeitos adversos do estresse acadêmico (RUUD *et al.*, 2018).

É importante destacar, contudo, que conflitos entre pares e fragilidades nas redes de apoio não devem ser naturalizados ou tratados como experiências individuais isoladas. Quando não reconhecidos e mediados adequadamente, esses conflitos podem gerar impactos duradouros sobre o percurso acadêmico, a permanência no programa e o bem-estar psicológico dos estudantes. Nesses contextos, o diálogo com o orientador assume papel relevante como estratégia de mediação e apoio, ao passo que o suporte externo proveniente de familiares e amigos fora da academia permanece como importante fator de proteção emocional (SHANACHILUBWA *et al.*, 2023).

Entretanto, a ausência de espaços institucionais formais para o reconhecimento dessas tensões tende a invisibilizar o sofrimento vivenciado e a deslocar a responsabilidade exclusivamente para o estudante, ampliando sua vulnerabilidade psicossocial ao longo da pós-graduação (PYHÄLTÖ *et al.*, 2012).

Implicações institucionais

Nesse sentido, embora a relação orientador-orientando se configure como um eixo central da experiência na pós-graduação, os achados deste estudo indicam que não é possível estabelecer uma relação causal direta entre conflitos nessa relação e o adoecimento psíquico. Não se pode afirmar se relações problemáticas com o orientador levam ao sofrimento mental ou se estudantes que já se encontram em sofrimento tendem a perceber essa relação de forma mais negativa. Ambas as hipóteses são plausíveis e provavelmente coexistem, evidenciando a natureza bidirecional entre sofrimento psíquico e dinâmicas acadêmicas. Ainda assim, a magnitude da associação observada sugere que a qualidade da relação com o orientador constitui um importante indicador de vulnerabilidade psicossocial no contexto da pós-graduação.

Sob essa ótica, os resultados também indicam que relações positivas com o orientador, embora relevantes, não são suficientes para eliminar a ocorrência de sofrimento psíquico. Tal interpretação é sustentada pela distribuição equilibrada de estudantes em tratamento e sem tratamento entre aqueles que avaliaram a relação como boa ou ótima. Esse achado sugere que a orientação acadêmica pode atuar como fator de proteção, contribuindo para a redução da intensidade do sofrimento ou para o fortalecimento de estratégias mais adaptativas de enfrentamento, mas não neutraliza completamente as pressões inerentes à pós-graduação. Essas evidências convergem com estudos que apontam efeitos protetivos, porém limitados, das relações de orientação em contextos acadêmicos marcados por múltiplos estressores (CORNÉR *et al.*, 2017; CURTIN *et al.*, 2013; HUNTER; DEVINE, 2016; KHOSA *et al.*, 2023; PARK *et al.*, 2021; POSSELT, 2018).

Assim, torna-se fundamental reconhecer que o sofrimento psíquico na pós-graduação resulta de um conjunto mais amplo de fatores que extrapolam a relação orientador-orientando. Condições institucionais, redes de apoio social, expectativas acadêmicas, carga de trabalho e experiências de assédio ou *bullying* acadêmico também desempenham papel significativo na saúde mental dos estudantes, conforme evidenciado por investigações anteriores (HUNTER; DEVINE, 2016; MARTIN *et al.*, 2015; YAMADA *et al.*, 2014; WOLLAST *et al.*, 2023).

À luz dessa complexidade multifatorial, a literatura recomenda a adoção de abordagens institucionais integradas para a promoção da saúde mental na pós-

graduação. Iniciativas como o alinhamento de expectativas, o estabelecimento de contratos psicológicos explícitos entre orientadores e orientandos, o incentivo à definição de limites entre trabalho e vida pessoal e a detecção precoce de problemas de saúde mental configuram estratégias relevantes para a mitigação do sofrimento psíquico nesse contexto (HUNTER; DEVINE, 2016; AHALLI *et al.*, 2022).

No plano institucional, tais diretrizes implicam a revisão crítica das expectativas acadêmicas e das condições concretas de execução das atividades formativas. Nessa direção, Park *et al.* (2021) destacam que programas de pós-graduação devem buscar maior equilíbrio entre rigor acadêmico e viabilidade, adotando estratégias responsivas para reduzir encargos desnecessários, ampliar recursos de apoio, como suporte estatístico e à escrita acadêmica, e flexibilizar determinados requisitos, considerando a diversidade de trajetórias e necessidades dos discentes.

Complementarmente, é imprescindível reconhecer que a qualidade das relações de supervisão está diretamente relacionada ao bem-estar do próprio corpo docente. O esgotamento dos orientadores, frequentemente associado à sobrecarga de trabalho e à ausência de formação específica para lidar com demandas emocionais, compromete não apenas sua saúde mental, mas também a construção de vínculos de supervisão sustentáveis (UNDA *et al.*, 2020). Nesse sentido, a literatura enfatiza a importância de investimentos institucionais sistemáticos em políticas de cuidado, formação continuada e no desenvolvimento de competências interpessoais, culturais e éticas dos docentes (POSSELT, 2018).

Ações como treinamentos formais em mentoria, supervisão de apoio, manejo de *feedback* e a criação de espaços institucionais de mediação de conflitos e escuta qualificada para estudantes em sofrimento têm sido apontadas como estratégias promissoras para a qualificação das relações orientador-orientando e para a promoção de ambientes acadêmicos mais saudáveis (HUNTER; DEVINE, 2016; PARK *et al.*, 2021; WOLLAST *et al.*, 2023). Ademais, é fundamental que existam políticas institucionais claras e acessíveis para processos de mudança de orientador, assegurando que essa decisão possa ocorrer sem prejuízos acadêmicos ou emocionais, especialmente para o estudante (HUNTER; DEVINE, 2016).

Nessa direção, os achados deste estudo oferecem subsídios concretos para orientar ações do corpo docente e das instituições de ensino superior, ao evidenciar a necessidade de fomentar uma cultura acadêmica que reconheça a saúde mental como dimensão constitutiva do processo formativo na pós-graduação. Tal perspectiva implica problematizar a naturalização do sofrimento psíquico como requisito de formação e revisar práticas e discursos que legitimam a permanência no curso a qualquer custo, mesmo diante de sinais evidentes de adoecimento.

Por fim, torna-se igualmente relevante investir na formação dos próprios estudantes, orientando-os quanto à importância da escolha do orientador e ao desenvolvimento de relações de trabalho colaborativas, transparentes e baseadas em expectativas realistas. À luz da Psicologia da Saúde, fortalecer a autonomia dos pós-graduandos para reconhecer limites, identificar sinais de sobrecarga emocional

e legitimizar a busca por apoio, no âmbito acadêmico, institucional ou nos serviços de saúde mental, configura-se como estratégia central de prevenção. Iniciativas formativas voltadas ao fortalecimento de habilidades comunicacionais, à negociação de expectativas, à gestão construtiva de conflitos e ao estabelecimento de limites entre demandas acadêmicas e vida pessoal contribuem para reduzir a vulnerabilidade ao adoecimento psíquico e promover maior bem-estar psicológico.

Ao investir de maneira integrada na qualificação das relações orientador-orientando e no empoderamento dos estudantes para o cuidado com sua saúde mental, as universidades ampliam suas possibilidades de atuação tanto na prevenção do sofrimento psíquico quanto na promoção de trajetórias acadêmicas mais saudáveis e sustentáveis ao longo do percurso formativo.

Limitações e direções futuras

Apesar da robustez dos achados, algumas limitações devem ser consideradas. O delineamento transversal impede inferências causais, e o uso exclusivo de medidas autorreferidas pode introduzir vieses de percepção. Ademais, a ausência da perspectiva dos orientadores limita a compreensão das dinâmicas relacionais envolvidas. Ainda assim, os achados oferecem base empírica relevante para investigações futuras, sugerindo a necessidade de estudos longitudinais que contemplem as mudanças inerentes às diferentes etapas do curso, desde o ingresso até a defesa.

4. Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar a associação entre a qualidade da relação orientador-orientando e indicadores de saúde mental, incluindo a realização de tratamento para melhora da saúde mental, em estudantes de pós-graduação stricto sensu. Os resultados evidenciam que o sofrimento psíquico constitui uma realidade presente nesse contexto e se articula de forma complexa com dinâmicas relacionais e institucionais que atravessam o processo formativo.

Uma das principais contribuições deste trabalho reside na demonstração empírica de que a qualidade da relação orientador-orientando está significativamente associada à busca por cuidado em saúde mental. Estudantes que percebem essa relação como problemática apresentaram maior prevalência de engajamento em tratamento psicológico e/ou psiquiátrico, indicando que o vínculo estabelecido no contexto da orientação acadêmica constitui um importante marcador de vulnerabilidade psicossocial. Ao mesmo tempo, os achados sugerem que relações avaliadas como boas ou ótimas não eliminam a ocorrência de sofrimento psíquico, mas podem atuar como fatores de proteção, contribuindo para estratégias mais adaptativas de enfrentamento das exigências acadêmicas.

Do ponto de vista institucional, os resultados apontam para a necessidade de ações mais diretas e estruturadas voltadas à promoção da saúde mental na pós-graduação. Destacam-se: (a) a qualificação das práticas de orientação, por meio de formação pedagógica, relacional e ética dos docentes; (b) a implementação de espaços formais de mediação de conflitos e escuta qualificada; (c) o fortalecimento de redes de apoio acadêmico e social; e (d) a ampliação do acesso a serviços de saúde mental, reconhecendo o cuidado psicológico como parte integrante da trajetória acadêmica, e não como fragilidade individual.

Os achados também reforçam a importância de uma revisão crítica das expectativas e exigências impostas aos pós-graduandos. Embora o rigor acadêmico seja constitutivo da formação *stricto sensu*, torna-se fundamental equilibrar desempenho, produtividade e viabilidade, evitando a naturalização do sofrimento como requisito para o sucesso acadêmico. Políticas institucionais mais flexíveis e sensíveis à diversidade de trajetórias e necessidades dos estudantes podem contribuir para a construção de ambientes acadêmicos mais saudáveis e equitativos.

No que se refere aos horizontes futuros, recomenda-se o desenvolvimento de estudos longitudinais que acompanhem os estudantes ao longo das diferentes etapas da formação, bem como investigações qualitativas ou de métodos mistos que aprofundem a compreensão das dinâmicas relacionais e dos significados atribuídos ao sofrimento e ao cuidado em saúde mental. Pesquisas que incluam a perspectiva dos orientadores e que avaliem intervenções institucionais voltadas à melhoria da supervisão acadêmica também podem ampliar o alcance e o impacto dos achados.

Em síntese, este estudo evidencia que a saúde mental na pós-graduação é um fenômeno multifacetado, influenciado pela qualidade dos vínculos interpessoais e pelas condições institucionais de formação. Ao destacar a centralidade da relação orientador-orientando como indicador relevante de vulnerabilidade psicossocial, a pesquisa contribui para o avanço do conhecimento na área e oferece subsídios concretos para a formulação de práticas acadêmicas mais humanas, responsáveis e comprometidas com o bem-estar dos estudantes ao longo de sua trajetória formativa.

Referências

ABEL, J. R.; DEITZ, R. Do colleges and universities increase their region's human capital? *Journal of Economic Geography*, v. 12, p. 667–691, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1093/jeg/lbr020>

AHALLI, S.; FORT, E.; BRIDAI, Y.; BABORIER, N.; CHARBOTEL, B. Mental health and working constraints of first-year PhD students in health and science in a French university: a cross-sectional study in the context of occupational health monitoring. *BMJ Open*, v. 12, n. 6, e057679, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2021-057679>

BASTALICH, W. Content and context in knowledge production: a critical review of doctoral supervision literature. *Studies in Higher Education*, v. 42, n. 7, p. 1145–1157, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/03075079.2015.1079702>

BRACHT, O. A. et al. Doctoral supervision and its psychological impact on PhD candidates: development of an instrument measuring the supervisory relationship. *Higher Education Research & Development*, v. 35, n. 6, p. 1179–1195, 2016. DOI: [10.3389/feduc.2025.1570137](https://doi.org/10.3389/feduc.2025.1570137)

CESAR, F. C. R.; OLIVEIRA, L. M. D. A. C.; RIBEIRO, L. C. M.; ALVES, A. G.; MORAES, K. L.; BARBOSA, M. A. Quality of life of master's and doctoral students in health. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1116>

CORNÉR, S.; LÖFSTRÖM, E.; PYHÄLTÖ, K. The relationship between doctoral students' perceptions of supervision and burnout. *International Journal of Doctoral Studies*, v. 12, p. 91–106, 2017. DOI: <https://doi.org/10.28945/3754>

COSTA, E. G. D.; NEBEL, L. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. *Polis – Revista Latinoamericana*, n. 50, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/15816>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CURTIN, N.; STEWART, A. J.; OSTROVE, J. M. Fostering academic self-concept: advisor support and sense of belonging among international and domestic graduate students. *American Educational Research Journal*, v. 50, n. 1, p. 108–137, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3102/0002831212446662>

DE OLIVEIRA CABRAL, T. L.; DA SILVA, F. C.; VASQUES PACHECO, A. S.; DE MELO, P. A. A Capes e suas sete décadas: trajetória da pós-graduação stricto sensu no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 16, n. 36, 2020. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1680/915>. Acesso em: 15 jan. 2026.

DE VALERO, Y. F. Doctoral student attrition in the United States: causes and outcomes — a structural model. *Research in Higher Education*, v. 42, n. 3, p. 261–285, 2001. DOI:10.1080/0309877X.2026.2614014

EVANS, T. M.; BIRA, L.; GASTELUM, J. B.; WEISS, L. T.; VANDERFORD, N. L. Evidence for a mental health crisis in graduate education. *Nature Biotechnology*, v. 36, n. 3, p. 282–284, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/nbt.4089>

FARO, A. Estresse e estressores na pós-graduação: estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 51–60, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000100007>

GALDINO, M. J. Q.; MARTINS, J. T.; HADDAD, M. D. C. F. L.; ROBAZZI, M. L. D. C. C.; BIROLIM, M. M. Síndrome de burnout entre mestrandos e doutorandos em enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 29, p. 100–106, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201600014>

GOLDE, C. M. Should I stay or should I go? Student descriptions of the doctoral attrition process. *The Review of Higher Education*, v. 23, n. 2, p. 199–227, 2000. DOI:10.1353/rhe.2000.0004

HAZELL, C. M.; CHAPMAN, L.; VALEIX, S. F.; ROBERTS, P.; NIVEN, J. E.; BERRY, C. Understanding the mental health of doctoral researchers: a mixed

methods systematic review with meta-analysis and meta-synthesis. *Systematic Reviews*, v. 9, n. 1, p. 1–30, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13643-020-01443-1>

HUNTER, K. H.; DEVINE, K. Doctoral students' emotional exhaustion and intentions to leave academia. *International Journal of Doctoral Studies*, v. 11, p. 35–61, 2016. Disponível em: <https://ijds.org/Volume11/IJDSv11p035-061Hunter2198.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.

KAUFMAN, J. et al. Brain-derived neurotrophic factor–5-HTTLPR gene interactions and environmental modifiers of depression in children. *Biological Psychiatry*, v. 59, n. 8, p. 673–680, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2005.10.026>

KHOSA, A.; WILKIN, C.; BURCH, S. PhD students' relatedness, motivation, and well-being with multiple supervisors. *Accounting Education*, p. 1–33, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/09639284.2023.2179889>

LEE, A. How are doctoral students supervised? Concepts of doctoral research supervision. *Studies in Higher Education*, v. 33, n. 3, p. 267–281, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/03075070802049202>

MARAIS, G. A.; SHANKLAND, R.; HAAG, P.; FIAULT, R.; JUNIPER, B. A survey and a positive psychology intervention on French PhD student well-being. *International Journal of Doctoral Studies*, v. 13, p. 109–138, 2018. DOI: <https://doi.org/10.28945/3948>

MARTIN, M. M.; GOODBOY, A. K.; JOHNSON, Z. D. When professors bully graduate students: effects on student interest, instructional dissent, and intentions to leave graduate education. *Communication Education*, v. 64, n. 4, p. 438–454, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/03634523.2015.1041995>

PARK, K. E.; SIBALIS, A.; JAMIESON, B. The mental health and well-being of master's and doctoral psychology students at an urban Canadian university. *International Journal of Doctoral Studies*, v. 16, p. 429–451, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28945/4790>

PEARSON, M.; BREW, A. Research training and supervision development. *Studies in Higher Education*, v. 27, n. 2, p. 135–150, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1080/03075070220119919>

PINZÓN, J. H.; SANCHEZ, G.; DE LARA MACHADO, W.; DE OLIVEIRA, M. Z. Barreiras à carreira e saúde mental de estudantes de pós-graduação. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 21, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2020v21n206>

PODSAKOFF, P. M.; MACKENZIE, S. B.; LEE, J. Y.; PODSAKOFF, N. P. Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, Washington, v. 88, n. 5, p. 879–903, 2003. DOI: [10.1037/0021-9010.88.5.879](https://doi.org/10.1037/0021-9010.88.5.879)

POSSELT, J. Normalizing struggle: dimensions of faculty support for doctoral students and implications for persistence and well-being. *The Journal of Higher Education*, v. 89, n. 6, p. 988–1013, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/00221546.2018.1449080>

PYHÄLTÖ, K. et al. Developing scholarly communities as learning environments for doctoral students. *International Journal for Academic Development*, v. 17, n. 3, p. 215–228, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/1360144X.2012.658009>

ROACH, A.; CHRISTENSEN, B. K.; RIEGER, E. The essential ingredients of research supervision: a discrete choice experiment. *Journal of Educational Psychology*, v. 111, n. 7, p. 1243–1260, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1037/edu0000322>

ROBERTSON, M. Aspects of mentorship in team supervision of doctoral students in Australia. *The Australian Educational Researcher*, v. 44, p. 409–424, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13384-017-0241-z>

RODRIGUEZ, M. S.; COHEN, S. Social support. In: *Encyclopedia of Mental Health*. New York: Academic Press, 1998. v. 3, p. 535–544.

RUUD, C. M.; SACLARIDES, E. S.; GEORGE-JACKSON, C. E.; LUBIENSKI, S. T. Tipping points: doctoral students and consideration of departure. *Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*, v. 20, n. 3, p. 286–307, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1521025116666082>

SHANACHILUBWA, K.; SALLAI, G.; BERDANIER, C. G. Investigating the tension between persistence and well-being in engineering doctoral programs. *Journal of Engineering Education*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1002/jee.20526>

UNDA, L. A.; KHOSA, A.; BURCH, S.; WILKIN, C. Sustainability of the accounting and finance academic profession: students' and supervisors' views about the PhD supervision process. *Accounting & Finance*, v. 60, n. 3, p. 3103–3132, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/acfi.12376>

WOLLAST, R. et al. Facing the dropout crisis among PhD candidates: the role of supervisor support in emotional well-being and intended doctoral persistence among men and women. *Studies in Higher Education*, v. 48, n. 6, p. 813–828, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/03075079.2023.2172151>

WOOLSTON, C. 'The problem is greater than it's ever been': US universities urged to invest in mental-health resources. *Nature*, v. 590, n. 7844, p. 171–172, 2021. Disponível em: <https://media.nature.com/original/magazine-assets/d41586-021-00229-2/d41586-021-00229-2.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.

YAMADA, S.; CAPPADOCIA, M. C.; PEPLER, D. Workplace bullying in Canadian graduate psychology programs: student perspectives of student-supervisor relationships. *Training and Education in Professional Psychology*, v. 8, n. 1, p. 58–67, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1037/tep0000015>